

# Revista Agrária Acadêmica

*Agrarian Academic Journal*

Volume 1 – Número 1 – Mai/Jun (2018)

---

## **As certificações compulsórias de inspeção sanitária para produtos de origem animal: valorização dos atributos de qualidade dos alimentos**

The certificates compulsory health inspection of animal products:  
development of food quality attributes

Silvia Cristina Vieira<sup>\*1</sup>, Fabiana Liar Agudo<sup>2</sup>, Daniel de Sá Freire Lamarca<sup>3</sup>

<sup>\*1</sup>- Centro Universitário de Adamantina – Rua Nove de Julho, 730, Adamantina/SP, Brasil.  
[tinavieiragomes@hotmail.com.br](mailto:tinavieiragomes@hotmail.com.br)

<sup>2</sup>- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – Rua Othon Guedes Júnior, 175, Tupã/SP, Brasil. [fabiana.liar@ifsp.edu.br](mailto:fabiana.liar@ifsp.edu.br)

<sup>3</sup>- Universidade de São Paulo – Avenida Pádua Dias, 11, Piracicaba/SP, Brasil.  
[lamarca@tupa.unesp.br](mailto:lamarca@tupa.unesp.br)

---

### **Resumo**

Produzir e fornecer alimentos seguros são fatores que desafiam os diversos agentes envolvidos na cadeia de suprimento alimentar, que possuem a árdua missão de garantir aos consumidores acesso a informações claras e de fácil entendimento sobre a qualidade do produto, por meio de recursos apropriados, como os selos de inspeção sanitária. Para os produtos de origem animal, os selos de inspeção sanitária refletem certificações compulsórias e o objetivo deste ensaio consiste na identificação e descrição circunstanciada destes distintivos, proveniente da tríade nas diferentes esferas: municipal, estadual e federal. Especificamente foram identificados por meio de pesquisa qualitativa o Selo de Inspeção Municipal; o Selo de Inspeção do Estado de São Paulo; o Selo de Inspeção Federal e o Selo do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal que está inserido no Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária. Ambos valorizam os atributos de qualidade dos alimentos.

Palavras-chave: Segurança do alimento, Inspeção sanitária, Certificação, Selos, Qualidade.

### **Abstract**

Produce and provide safe food are factors that challenge the various actors involved in the food supply chain, that have the arduous task of ensuring consumers access to clear and easy understanding of product quality through appropriate resources, as the seals sanitary inspection. For animal products, the sanitary inspection stamps reflect compulsory certification and the purpose of this test is the identification and detailed description of these badges, from the Triad in different spheres: municipal, state and federal. Specifically identified through qualitative research the seal of Municipal Inspection; the State Inspection Stamp of São Paulo; the Federal Inspection Seal and the Seal of the Brazilian System of Animal Products Inspection that is inserted into the Unified System for the Agricultural Health. Both value the quality of food.

Keywords: Food safety, Sanitary inspection, Certification, Stamp, Quality.

## **Introdução**

A questão da segurança dos alimentos é um requisito a ser observado, tendo em vista as consequências danosas a que o consumidor está exposto, como possíveis enfermidades veiculadas por alimentos, além dos prejuízos econômicos em que incorrem os estabelecimentos pela perda de clientes para a concorrência. Vários episódios sanitários, fizeram com que os consumidores alterassem radicalmente sua percepção sobre a segurança sanitária dos alimentos. A necessidade de se obter informações mais claras a respeito de mecanismos organizacionais que garantam a segurança dos alimentos justifica este resumo (VIEIRA, BUAINAIN; SPERS, 2010).

Diante deste cenário, observa-se a necessidade da identificação dos produtos alimentícios por selos, distintivos ou insígnias que transmitam informação da valorização da qualidade destes alimentos. Para os produtos de origem animal, os selos de inspeção sanitária refletem certificações compulsórias e o objetivo deste ensaio consiste na identificação e descrição circunstanciada destes selos, proveniente da tríade nas diferentes esferas: municipal, estadual e federal.

É direito dos consumidores terem acesso a alimentos que sejam seguros e adequados para alimentação humana. Os hábitos alimentares têm passado por mudanças, reverberando no desenvolvimento de novas técnicas de produção, preparação, controle e distribuição de alimentos (CODEX ALIMENTARIUS, 2006). Tais controles, visam a promoção de soluções sanitárias e a prevenção de doenças e danos provocados pelos alimentos à saúde humana e à economia.

Para Vaz (2006), as informações disponibilizadas por meio desses mecanismos de rastreabilidade, dos selos de qualidade e da notoriedade da marca, servem para assegurar aos consumidores, no ato de compra e no consumo dos alimentos, um padrão mínimo de qualidade, o que reduz o grau de incerteza de um possível evento. Essa demanda gerou um grande número de informações fundamentadas em legislações e normas de comércio, as quais são repassadas aos consumidores, informando sobre a composição, as técnicas de produção e a origem dos alimentos. Mesmo quando o consumidor está limitado em sua capacidade de avaliação dos fundamentos e da pertinência dessas informações, o simples fato de a informação existir acaba gerando a sensação de que existe um controle, decorrendo daí o sentimento de que o alimento é seguro.

Os consumidores vêm exigindo alimentos com maiores índices de qualidade, e os selos de inspeção sanitária apresentam-se como uma garantia para este mercado demandante, no tocante aos produtos de origem animal. Tais selos não são excludentes e sim complementares para a obrigatoriedade dos demais requisitos legais como a rotulagem adequada, seguindo os padrões da ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

## Material e Métodos

Com relação à abordagem, adotou-se metodologia qualitativa. Trata-se de uma pesquisa descritiva e exploratória. Caracterizou-se como exploratória, pois tem por objetivo familiarizar-se com o fenômeno, obtendo uma nova percepção do mesmo. E descritiva, por realizar narrativas das situações e buscar descobrir as relações existentes entre os elementos que compõem a pesquisa. Além disso, flexibiliza o planejamento para possibilitar a consideração dos mais diversos aspectos do problema (CERVO; BERVIAN, 2003).

Para tanto, a revisão de literatura permitiu compreender que há uma amplitude no enfoque da tecnologia com a qualidade dos alimentos tomando como base diretrizes que norteiam o assunto nos princípios da segurança do alimento.

## Resultados e Discussão

Aspectos antes pouco valorizados no consumo, como segurança do alimento, higiene, qualidade e confiabilidade dos produtos, especialmente no setor de alimentos para consumo humano, cada vez mais passaram a ser fatores de grande relevância para a tomada de decisão no momento da compra. Hoje o consumidor está preocupado em saber de onde vem o alimento consumido e como é produzido. E, sendo o consumidor final o objetivo último e primordial de qualquer sistema produtivo, as mudanças pelas quais passam, afetam em maior ou menor escala, todos os setores do sistema de qualidade alimentar (VIEIRA, 2004).

Embora a preocupação dos consumidores, a assimetria de informações é uma constante no setor de alimentos no Brasil. Visando correção deste sistema, a valorização dos atributos de qualidade, depende de comunicação e identificação dos produtos por meio de insígnias.

As insígnias distintivas além de atestarem a qualidade e identidade dos produtos de origem animal, garantem rotulagem padronizada, dentro das bases legais da ANVISA e agrega valor ao produto, baseado em Vieira *et al.*, (2015) aspectos institucionais permeiam as legislações que normatizam as certificações compulsórias de inspeção sanitária para produtos de origem animal desde a criação do RIISPOA – Regulamento da inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal no ano de 1950, com última revisão em 2015.

Segundo a Lei Federal, Nº 1283, de 18 de Dezembro de 1950, Artigo 1º “É estabelecida a obrigatoriedade da prévia fiscalização, sob o ponto de vista industrial e sanitário, de todos dos produtos de origem animal, comestíveis e não comestíveis sejam ou não adicionados de produtos vegetais, preparados, transformados, manipulados, recebidos, acondicionados, depositados e em trânsito” (BRASIL, 1950, p. 1).

De acordo com a Lei Federal Nº 7889, de 23 de Novembro de 1989, em seu Artigo. 1º “A prévia inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal, de que trata a Lei nº. 1.283, de 18 de dezembro de 1950, é da competência da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos termos do artigo 23, inciso II, da Constituição” (BRASIL, 1989, p. 1).

O SIM – Serviço de Inspeção Municipal da Estância Turística de Tupã foi formatado por meio da Lei municipal nº 3.686 de 1º de julho de 1997, regulamentada pelo Decreto nº4. 729 de 20 de outubro de 1998 que possui a função de nortear a inspeção de produtos de origem animal comercializados na delimitação geográfica de âmbito municipal (permite comercialização exclusiva dentro do perímetro do município). Tal decreto definiu o brasão oficial da prefeitura municipal, seguido pela sigla (SIM) e o número de registro do estabelecimento, como o selo oficial do serviço de inspeção municipal da Estância Turística de Tupã (PM.TUPÃ, 1997).



Figura 1 - Brasão oficial da Prefeitura Municipal de Tupã estampa o selo do SIM. Fonte: PM Tupã (2016)

Já na legislação do SISP – Sistema de Inspeção do Estado de São Paulo norteia que produtos provenientes de origem animal comercializados legalmente deverão ser identificados por um rótulo quanto à sua origem e composição. O Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal do Estado de São Paulo (SISP) foi implantado em 1992 em decorrência da Lei Federal nº 7889 de 1989, através da Lei Estadual nº 8208 de 1992 e regulamentado pelo Decreto Estadual nº 36964 de 1994, estando estruturado na Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA), na Coordenadoria de Defesa Agropecuária (CDA), vinculado ao Grupo de Defesa Sanitária Animal (GDSA) sendo designado Centro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (CIPOA). Na

estrutura da CDA existem 40 (quarenta) Escritórios de Defesa Agropecuária (EDA) Regionais, sendo que o SISP atende nas regionais e no nível central no CIPOA.

O SISP permite comercialização intraestadual dos produtos de origem animal (somente dentro dos limites geográficos do estado de São Paulo) e seu selo de identificação pode ser observado na Figura 2.



Figura 2 - Selo de inspeção que defini a Inspeção Estadual – SP. Fonte: CDA (2016)

Em complemento, o SIF – Serviço de Inspeção Federal possui o selo mais reconhecido pelos consumidores entre todos os distintivos de inspeção sanitária para produtos de origem animal (PEREIRA *et al.*, 2015).

Por meio da Lei Federal nº 7889 de 1989, parâmetros foram delimitados e o distintivo do SIF possui permeabilidade nacional. Permite comercialização dos produtos de origem animal inspecionados por ele para todo o Brasil e os para produtos voltados à exportação.



Figura 3 – Selo de identificação do Serviço de Inspeção Federal. Fonte: MAPA (2016)

Ainda na esfera Federal, contamos com o SUASA – Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária. O sistema foi criado por meio da Lei nº 9.712, de 20 de novembro de 1998, atualmente regulamentado pelo Decreto nº 5.741, de 30/03/2006 que aprova o regulamento dos artigos 27-A, 28-A E 29-A da Lei 8.171/1991 (MAPA, 2015).

O SUASA e os Sistemas Brasileiros de Inspeção de Produtos e Insumos, possui a competência de abranger tanto a sanidade de produtos de origem animal, quanto vegetal e ainda inspeciona insumos.

Dentro do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária está locado o SISBI – Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal que está inserido no SUASA e normatiza todos os produtos de origem animal. O Sistema unificado só é válido nos estados da

federação que são signatários ao programa. O estado de São Paulo ainda não é adepto deste tipo de inspeção sanitária.

O SISBI permite ampla comercialização dos produtos de origem animal para todo o território nacional e para exportação e ainda possui normas diferenciadas para os pequenos produtores.



Figura 4 - Selo de inspeção SISBI – SUASA. Fonte: MAPA (2016)

### Considerações Finais

Produzir e fornecer alimentos seguros são fatores que desafiam os diversos agentes envolvidos na cadeia de suprimentos alimentar. O esforço de oferecer produtos inócuos para o consumo humano, deve ser comunicado aos consumidores por meio de indicação visual (selos) de inspeção sanitária que atestem a qualidade dos alimentos de origem animal. Tal identificação é prevista na legislação, tratando-se de uma certificação compulsória que valoriza os atributos de qualidade destes alimentos.

As certificações sanitárias estão presentes nas três esferas: municipal, estadual e federal e a comercialização dos produtos inspecionados, ficam restritas as mesmas áreas de atuação do selo.

### Referências bibliográficas

BRASIL. **Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950.** Inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L1283.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L1283.htm)>. Acesso em 04 set. 2017.

BRASIL. **Lei Federal nº 7889, de 23 de Novembro de 1989.** Dispõe sobre inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal, e dá outras providências. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L7889.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7889.htm)>. Acesso em 04 set. 2017.

CODEX ALIMENTARIUS. **Higiene dos alimentos,** Termo de cooperação nº 37. 2006. Disponível em < [http://www.anvisa.gov.br/divulga/public/alimentos/codex\\_alimentarius.pdf](http://www.anvisa.gov.br/divulga/public/alimentos/codex_alimentarius.pdf)>. Acesso em 03. Out. 2017.

MAPA – Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. **Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária.** Disponível em < [http://www.agricultura.gov.br/arq\\_editor/file/Aniamal/Sisbi/Legisla%C3%A7%C3%A3o%20SISBI/Manual%20de%20Identidade%20Visual%20da%20Marca%20SISBI.pdf](http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Aniamal/Sisbi/Legisla%C3%A7%C3%A3o%20SISBI/Manual%20de%20Identidade%20Visual%20da%20Marca%20SISBI.pdf)>. Acesso em 21 set. 2017.

PEREIRA, M. E. B. G.; VIEIRA, S. C.; MORANDI, L. U.; LOURENZANI, A. E. B. S.; MACHADO, J. G. C. F. Agricultura familiar e o selo de identificação da participação da agricultura familiar (SIPAF): percepções do consumidor. 53º Congresso SOBER. João Pessoa: 2015. Disponível em < <http://icongresso.itarget.com.br/useradm/anais/?clt=ser.5&lng=P>>. Acesso em 22 set. 2017.

PM TUPÃ. **Lei 3.686 de 1º de julho de 1997**. Serviço de Inspeção Municipal. Disponível em <<http://www.camaratupa.sp.gov.br/camver/leimun/03686.html>>. Acesso em 18 set. 2017.

VIEIRA, A.C. P.; BUAINAIN, A. M.; SPERS, E. E. A segurança do alimento e a necessidade da informação aos consumidores. **Cadernos de Direito**. Piracicaba, v. 10 (19), p. 21 a 31. Jul /dez 2010. Disponível em <<https://www.metodista.br/revistas/revistasunimep/index.php/cd/article/download/189/392>>. Acesso em 03 out. 2017.

VIEIRA, S. C.; LAMARCA, D. S. F.; BERNARDES, J. C.; FLOZI, C. N. B. Mel: estreito vínculo com as certificações compulsórias de inspeção sanitária. **Revista Omnia CPC**, v.19, n.1, p.27. 2017.

Submissão: 24/04/2018

Aceito: 03/05/2018